

Exame Escrito de Direito e Economia (09.01.2017)

Tópicos de Correção:

- I. *A «teoria económica do crime»; a relação entre os dois instrumentos e entre estes e a «utilidade esperada» pelo criminoso com a realização do crime; análise custo-benefício; as finalidades preventivas da pena; a penalização óptima; outros factores que pesam na propensão criminosa: percepção de erros judiciais; dissuasão do crime pelas potenciais vítimas (e.g.: colocação de alarmes); «custo de oportunidade» e «aversão ao risco».*
- II. *A «teoria económica do processo»: estratégia processual, «teoria dos jogos», custos privados e sociais; factores condicionantes da decisão de litigar e o «valor esperado da lide»; relação de agência com os advogados; a preferência pelo «nível intermédio» dado o «trade-off» entre o aumento da complexidade (que pode aumentar, em média e ceteris paribus, os ganhos para os advogados) e a consequente provável redução no número de processos judiciais interpostos (que pode ter o efeito contrário).*
- III. *Contratos incompletos (conceito e factores determinantes); o problema do oportunismo (activos específicos; assimetrias informativas) e o «hold up» contratual; comportamento estratégico das partes; imprevisibilidade: a renegociação e o «incumprimento eficiente»; a eficácia das “regras de responsabilidade”; critérios de solução judicial.*
- IV. *A «teoria económica da propriedade»; noção de externalidade, custos sociais, eficiência e «custos de transacção»; teorema de Coase: afectação mais eficiente de recursos por via privada (pelo mercado), independentemente da atribuição inicial de direitos; a alocação dos recursos quando há externalidades e os «custos de transacção» são significativos (soluções heterónomas: interpretação e aplicação de regras legais pelo poder judicial; eventual alteração dessas regras pelo poder legislativo).*
- V. *A «teoria económica da política»: análise económica da política e do funcionamento do Estado; o «mercado» da política (e dos políticos); teoria da agência; «teoria da escolha pública» («Public Choice»); o papel do «rent-seeking» na obtenção de favores à margem do escrutínio dos eleitores (e à margem da lógica concorrencial do mercado).*